



# METALÚRGICOS EM AÇÃO

Informativo semanal do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes

## SEMANA DO PRESIDENTE

WWW.METALURGICOS.ORG.BR

13 A 17 DE FEVEREIRO DE 2017 - Nº 41

Acesse e curta

f /MiguelTorresFS

13 DE FEVEREIRO

## CNTM ENTRA NO STF COM PEDIDO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA



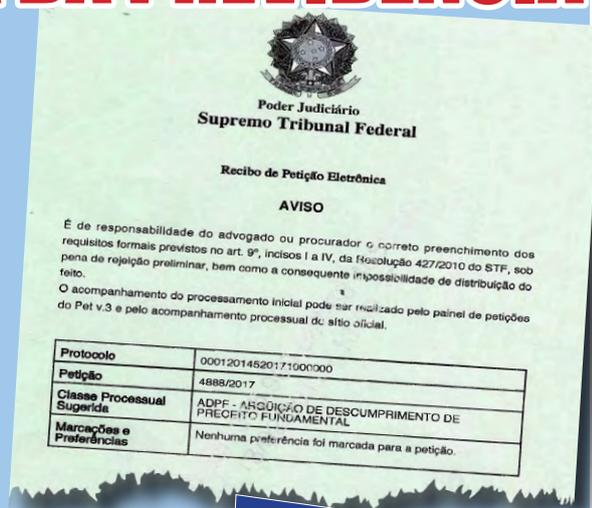
A CNTM, presidida por Miguel Torres, protocolou hoje no Supremo Tribunal Federal uma ação pedindo a declaração da inconstitucionalidade da PEC 287/2016 (reforma da Previdência Social). A Ação (Arguição de descumprimento de preceito fundamental - ADPF) é fundamentada na inconstitucionalidade das alterações dos arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor

sobre a seguridade social.

A CNTM sustenta que basta uma simples leitura da exposição de motivos da PEC para perceber que está suprimindo direitos fundamentais, está contaminada de dados controversos e é carente de estudos técnicos, como é o caso da expectativa de vida ao nascer e a sobrevivência da população daqui a 50 anos, da forma e ambiente de aplicação da idade mínima em outros

países da OCDE, dentre tantos outros, conforme se comprova com entidades da sociedade civil, como o Conselho Federal da OAB e suas seccionais, ANFIP, DIEESE e institutos de especialistas em Direito Previdenciário (IBDP, IBDPREV, IEPREV, IAPE e IGDP).

Miguel Torres acredita que a mais alta Corte de Justiça vai acolher a ação e dar parecer favorável aos trabalhadores e contra o Executivo Federal.



## Fórum de Direito Social define ações em defesa da Previdência

O presidente da CNTM e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi, Miguel Torres, participou hoje da segunda reunião do Fórum Interinstitucional de Direito Social (FIDS), na Procuradoria-Geral do Trabalho, em Brasília. O tema de discussão foi a "reforma" da Previdência encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional, e os integrantes do órgão - representantes do Ministério Público do Trabalho e 29 entidades (sindicais e da sociedade organizada) -, que criticam as propostas do governo e a imprensa em aprová-las, aprovaram o encaminhamento de diversas ações, a saber:



- **trabalhar a substituição do relator da "reforma" da Previdência**
- **atos a partir de mapeamento do foco eleitoral dos parlamentares que compõem as comissões especiais das «reformas»**
- **solicitação de audiência com os presidentes e relatores das comissões**
- **solicitar a ajuda de profissionais da área de marketing**
- **convidar os relatores para debates junto ao Fórum Interinstitucional de Direito Social**

Miguel Torres reforçou a necessidade de intensificar a mobilização, com distribuição de informativos a partir desta terça, 14 de fevereiro, data de abertura das comissões especiais das "reformas" Trabalhista e da Previdência no Congresso Nacional.

NEM UM DIREITO A MENOS!



## AGENDA

- **Comissão especial da reforma trabalhista (PL 6.787/16) se reúne para definir o cronograma dos trabalhos. O eixo principal é a instituição do negociado sobre o legislado, entre outros dispositivos que precarizam as relações de trabalho.**
  - **Comissão especial da reforma da Previdência (PEC 287) se reúne para definir o cronograma dos trabalhos: dirigentes das centrais sindicais vão acompanhar retomada dos trabalhos das comissões.**
- Pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi participarão os diretores Adriano Lateri, Carlão, Erlon, Leninha, Rodrigo e Tito.**

14 DE FEVEREIRO

## NÃO ÀS REFORMAS TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA!

## Miguel Torres e sindicalistas pressionam nas comissões especiais



As comissões especiais que vão analisar os projetos das reformas previdenciária (PCE 287) e trabalhista (PL 6787) começaram seus trabalhos hoje, na Câmara dos Deputados, e sentiram a pressão do movimento sindical contra as propostas do governo federal que visam tirar direitos e benefícios.

Dirigentes do nosso Sindicato - o presidente **Miguel Torres**, os diretores Adriano Lateri, Carlão, Erlon, Leninha, Rodrigo e Tito, o

deputado federal **Paulinho da Força**, outros dirigentes da Central e de tantas outras entidades sindicais de todo o País foram em peso às comissões. Portando cartazes com os dizeres "Queremos uma Previdência justa e sem privilégios" e "Não mexam nos nossos direitos", os sindicalistas foram firmes no posicionamento contra as reformas.

"Estamos representando os trabalhadores e rejeitando qualquer proposta que tire direitos. A Previdência não precisa de reforma, quem tem que fazer a sua parte

é o governo, pra melhorar a sua arrecadação. A reforma trabalhista também não é necessária. Queremos, sim, 40h semanais e avançar nas conquistas para melhorar a vida dos trabalhadores", disse Miguel Torres, conclamando os trabalhadores: "é importante que vocês fiquem atentos porque se não nos mobilizarmos vamos perder tudo o que levamos anos para conquistar".

A comissão da "reforma" trabalhista do governo Temer terá prazo de dez sessões, sendo que nas primeiras cinco podem-se apresentar emendas ao texto.

"Vamos acompanhar atentamente este trâmite nas comissões e pressionar os parlamentares para que não votem contra os direitos históricos da classe trabalhadora. Estamos de olho", afirma Miguel Torres.

O deputado federal Paulinho, presidente da Força Sindical integra a comissão especial da reforma trabalhista.

**NEM UM DIREITO A MENOS!**

15 DE FEVEREIRO

## NÃO ÀS REFORMAS!

NOTA DE REPÚDIO DO SINDICATO E DA CNTM

## GOVERNO QUER PASSAR REFORMAS SEM DEBATE DEMOCRÁTICO

A discussão de temas tão relevantes para a vida de milhões de trabalhadores e cidadãos brasileiros, agora e no futuro, como os projetos das reformas trabalhista e previdenciária, exige uma discussão muito ampla, transparente e, sobretudo, democrática. O governo, contudo, quer aprovar suas reformas a toque de caixa, sem muito diálogo com a sociedade, sobretudo as entidades sindicais, que representam milhões de trabalhadores que serão drasticamente atingidos em seus direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Sindicalistas que foram ontem, dia 14 de fevereiro, a Brasília para participar da abertura das sessões das Comissões Especiais que vão discutir as reformas na Câmara dos Deputados foram impedidos de entrar nos plenários das comissões. Os que conseguiram entrar

quase foram atropelados pelas mesas diretoras, que tentaram apressar a aprovação do plano de trabalho, de forma a seguir um roteiro previamente traçado para evitar qualquer adiamento ou prolongamento do calendário das discussões.

Tal atitude demonstra a falta de compromisso do governo federal com a classe trabalhadora e as questões sociais e sua afinidade com outros segmentos - empresarial, financeiro, de previdência privada - que tentam, há anos, tirar direitos trabalhistas e sociais legítimos conquistados com grandes sacrifícios pela classe trabalhadora.

**NEM UM DIREITO A MENOS!**

MIGUEL TORRES

Presidente da CNTM e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes



16 DE FEVEREIRO

## MOBILIZAÇÃO CONTRA AS REFORMAS

# FEDERAÇÃO, FORÇA RJ E CNTM DISCUTEM RISCOS AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

**NEM UM  
DIREITO A  
MENOS!**

Os debates sobre as reformas da Previdência e da CLT estão pipocando em todas as regiões do País. Sindicatos, federações, confederações de várias categorias estão realizando reuniões, encontros, seminários de discussão sobre os efeitos das reformas para a classe trabalhadora e determinando ações de resistência contra os projetos do governo federal, que vão tirar direitos da classe trabalhadora, como a aposentadoria, inclusive dos trabalhadores rurais, e restringir o acesso e benefícios essenciais, como a pensão por morte, Benefícios de Prestação Continuada (Loas), que não é benefício previdenciário, mas da seguridade social, de amparo na velhice; reduzir o valor dos benefícios, entre outras injustiças.

## NO RIO

Hoje, o presidente da CNTM e do Sindicato, **Miguel Torres**, participou da reunião da Federação dos Metalúrgicos do Estado do Rio de Janeiro, presidida por Sérgio Rosa, com participação do presidente da Força Sindical-RJ, Carlos Fidalgo, que teve como pauta a PEC 287/16 (da Previdência), o PL 6787 (trabalhista) e ações de resistência.

Miguel Torres foi enfático na sua exposição: "As duas reformas estão correndo juntas e a trabalhista vai ser mais rápida que a da Previdência. Temos que mobilizar maciçamente os trabalhadores. Depois dessas reformas virão outras pra acabar com a Justiça do Trabalho, a última esperan-



ça do trabalhador na garantia dos seus direitos; acabar com toda e qualquer contribuição sindical e desmontar o movimento sindical. Se ficarmos inertes isso vai acontecer. Temos que levar informação aos trabalhadores, mostrar a necessidade de reagir e parar este país antes dessa votação das propostas", disse Miguel Torres, acrescentando que "os patrões estão bem articulados e o governo está facilitando tudo pra eles".

## AÇÃO NO SUPREMO

Miguel Torres informou que a CNTM ingressou segunda-feira com uma ação no Supremo Tribunal Federal pedindo a inconstitucionalidade da PEC da reforma da Previdência. Ontem, um grupo de 28 deputados federais da oposição também foi ao STF contra a tramitação da PEC. A ação visa suspender a sua tramitação até o julgamento final do mandado de segurança.



## 15 DE MARÇO DIA DE LUTA

As centrais Força Sindical, CUT, UGT, Nova Central, CSB, CTB, CGTB, Inter-sindical e Conlutas estão convocando para 15 de março o Dia Nacional de Lutas com Greves e Paralisações em defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Dia 21 de março, sindicalistas irão a Brasília para conversar com os líderes dos partidos, com os presidentes da Câmara e do Senado e pressioná-los a não aprovar as reformas. Lembramos que em 2018 teremos eleições e vamos dar o troco nas urnas para os deputados federais e senadores que votarem contra os trabalhadores.

**A luta é de todos por Nem Um Direito a Menos!**

17 DE FEVEREIRO

# CNTM, FEDERAÇÕES E SINDICATOS APROVAM MANIFESTO À MINISTRA DO STF



Hoje, segundo dia da Reunião Extraordinária da diretoria executiva da CNTM, para debate sobre as reformas trabalhista e previdenciária e a estratégia para resistir às ameaças aos direitos dos trabalhadores, representantes dos sindicatos e federações de metalúrgicos participantes aprovaram um manifesto à ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, reafirmando o apoio e concordância com a iniciativa da CNTM, que protocolou no STF pedido de inconstitucionalidade da reforma da Previdência. A ministra será a relatora da ação (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF).

“Os metalúrgicos são uma categoria que ao longo da história do País sempre lutou pelos interesses de toda a classe trabalhadora. Por isto, o momento é

de resistência contra as reformas que restringem e retiram direitos, de mobilização das bases e de corpo a corpo junto aos parlamentares para que votem a favor dos trabalhadores”, afirmou Miguel Torres, presidente da CNTM, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e vice-presidente da Força Sindical, que comandou a reunião.

O evento foi realizado na sede da Federação dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

A reunião aprovou também que a CNTM deve participar de todos os



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS  
RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

MANIFESTO PÚBLICO E EM ESPECIAL A EXCELENTÍSSIMA MINISTRA ROSA WEBER DO STF

As Federações e os Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, Eletrônico e de Informática abaixo assinados, filiados à CNTM - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS, vêm a público e em especial à Excelentíssima Ministra ROSA WEBER do Supremo Tribunal Federal, relatora da ADPF 440, proposta pela CNTM contra a REFORMA DA PREVIDÊNCIA, reafirmar o inteiro apoio e concordância com essa iniciativa, tendo em vista o supremo interesse dos trabalhadores e de todo o povo brasileiro.

A PEC 287/2016, que pretende REFORMAR a Previdência Social através da modificação de inúmeros artigos da Constituição Federal, baseia-se em premissas controvertidas e falsas a respeito do suposto ROMBO da Previdência, e o governo federal faz propaganda utilizando terrorismo social, ameaçando que se não houver mudança a Previdência quebra. O governo quer passar por cima de Cláusulas Pétreas da Constituição (artigo 60, inciso IV), que são intocáveis exatamente por tratar de temas de direitos fundamentais dos cidadãos, como é a Seguridade Social. A PEC configura clara violação de várias normas e princípios constitucionais de uma só vez.

A CNTM está lutando pela proteção da Constituição e dos Princípios nela contidos, em razão de milionário e absurdo expediente publicitário à custa do dinheiro público, simultaneamente à tramitação da PEC 287/2016, com bases inteiramente falsas e que certamente é contra o direito do trabalhador e das futuras gerações do nosso povo. Não se questiona a competência do Presidente da República de propor ao Poder Legislativo emendas constitucionais. A CNTM demonstrou ao STF, através de estudos científicos e provas inelutáveis, que os argumentos trazidos a público pelo Governo Federal e que fundamentam a exposição de motivos da PEC 287/2016, são falaciosos, como o alegado déficit. O governo tenta obstinadamente fazer crer ao público que o único objetivo da reforma é a economia no Sistema de Seguridade Social, para fins de pagamento dos juros da dívida pública por meio das Desvinculações das Receitas da União (D.R.U.), que passou de 20% para 30% pouco antes da remessa ao Congresso Nacional da “Proposta de Reforma da Previdência”.

O gasto publicitário com recursos do erário público é enorme e desconhecido, certamente superando centenas de milhões de reais, considerando os investimentos na criação e manutenção de site na internet, página no Facebook, filminhos no YouTube, vídeos institucionais e propagandas constantes nas maiores emissoras de televisão nacionais em horário nobre, custos esses que não estão divulgados, e isso tudo configura crime de propaganda enganosa contra o povo brasileiro.

Confira o manifesto no site  
[WWW.METALURGICOS.ORG.BR](http://WWW.METALURGICOS.ORG.BR)

**NEM UM DIREITO A MENOS!**

congressos estaduais da Força Sindical preparatórios do 8º Congresso da Força, que será realizado em junho, pela importância da categoria metalúrgica no País e na própria Central, e pelas posições em defesa da retomada do desenvolvimento e respeito à unidade e demais categorias filiadas.